

Espaço público

Os textos de Carrilho mostram que no PS há quem pense e não tenha medo de pensar e de proclamar o que pensa

Afinal, mexe!

O PS, afinal, mexe! Quando o país estava a ficar convencido de que o cimento do poder tinha transformado o PS num bloco monolítico, acrílico, venerando, obrigado e temente a José Sócrates, eis que, surpreendentemente, o PS mexe e que, no seio do partido do poder, há quem pense e não tenha medo de pensar e de proclamar o que pensa. Rompendo o silêncio tumular que assola o PS - um partido que se caracterizou no passado pela discussão e pela crítica interna às lideranças -, Manuel Maria Carrilho (M.M.C.), através de um conjunto de três artigos de opinião publicados no *Diário de Notícias*, veio proclamar o que pensa sobre o PS e os partidos em geral, sobre os dois anos de governação da maioria Sócrates e o que considera necessário fazer.

Espantosamente, o país político e jornalístico passou praticamente ao lado do gesto político de afirmação de M.M.C. Um silêncio que apenas é negativo para quem o produz e que em nada diminui M.M.C. Para mais, quando muito do que está por detrás desse silêncio mais não é do que a antipatia que M.M.C. granjeou entre políticos, comentadores e jornalistas. É verdade que essa antipatia é escusada e apenas se deve ao medo que M.M.C. lhes provoca. Um medo que vem da diferença. E Carrilho é um político diferente. Diferente da turba política. Diferente da mediocridade nacional.

M.M.C. chegou tarde na política, era já um homem maduro, antes fez uma importante carreira académica no campo da filosofia, entrou para a vida político-partidária devido ao seu mérito profissional e intelectual, convidado por Guterres para ser ministro da Cultura, quando esta pasta toma, finalmente, estatuto definitivo de ministério. Foi, aliás, o ministro do primeiro sucesso da governação guterrista: a paragem da barragem de Foz Côa e a assunção das gravuras rupestres como uma prioridade, anunciada na apresentação do Programa de Governo, em 1995.

É certo que M.M.C., no livro que fez após perder as autárquicas em Lisboa, meteu os pés pelas mãos e, ao querer levantar um problema pertinente - o da promiscuidade entre fontes e jornalistas e o papel das agências de comunicação -, acabou por exagerar, errando as críticas e as acusações e, lamentavelmente, desfocando a discussão e perdendo uma oportunidade rara.

É verdade que M.M.C. vai para a UNESCO, uma nome-



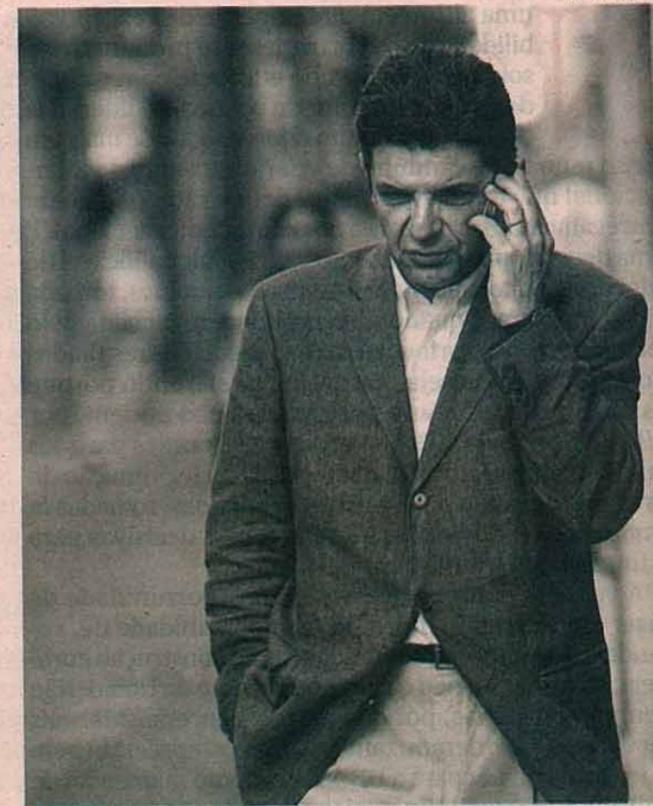
São José Almeida

ação que lhe assegura a vida pública, e pode assim correr o risco de hostilizar o aparelho do partido e até a sua direcção. É verdade também que M.M.C. é vaidoso, tem prazer em fazer-se notar, mas não é isso condição para ser político? É verdade ainda que M.M.C. é um político "antipático" para a comunicação social. Mas também é verdade que é um político fora do comum, com uma capacidade acima da vulgaridade e uma cultura raríssima na política. E é indesmentível que sempre foi um político de coragem. Basta lembrar a sua prestação no congresso de consagração *kimilsunguiana* de Guterres, no Pavilhão Atlântico, em 1999. E essa coragem voltou a manifestar-se agora.

Podemos discordar das suas propostas. Podemos considerar que o que diz sobre os partidos e a crise do sistema não traz nada de novo. Podemos até dizer que exagera nos elogios a Sócrates. E mesmo chegar ao ponto de olhar para este gesto de M.M.C. como uma tentativa de se colocar na bicha para a remodelação governamental que se avizinha e que é previsível que aconteça após o fim da presidência da União Europeia. Também podemos considerar despropositada a proposta de um "Conselho de Ministros para a Qualificação, sob a direcção de um vice-primeiro-ministro para a Qualificação".

Só que o facto é que M.M.C. faz um diagnóstico concreto e real do que considera ser o problema do país, a educação/qualificação, faz críticas pertinentes e contundentes à política de educação/qualificação do Governo, assim como apresenta medidas que não são nenhum disparate e aponta um caminho para o país. Ou seja, tem um projecto estruturado. E pede, com toda a pertinência, o necessário balanço dos últimos dois anos e que se recentre o que é fazível do projecto do Governo e se concentrem aí os esforços. Exigências que deveriam ser assumidas pelo pleno do PS.

É que, por exemplo, no que toca à qualificação, nada de estruturante surgiu, para além de acordos de exclusividade com empresas para fornecerem serviços de Estado. E da propaganda e do autoritarismo, que estão patentes na política do Governo para a educação. Com medidas até estúpidas, como a determinação de que só podem ser destacados este ano professores que o tenham sido no ano passado. Um autoritarismo que está latente no discurso contra os professores e na sua transformação em bodes



CARLOS LOPES

Carrilho tem razão. A educação e a formação continuam a ser o principal défice

expiatórios do que funciona mal no sistema. M.M.C. tem razão. A educação e a formação continuam a ser o principal défice, um défice que é agravado pela espiral de loucura que tenta empurrar os alunos para o mercado e transformar o direito à educação num negócio. Ora, para manter a educação como um direito e até assumir esta questão como uma aposta nacional, M.M.C. propõe que 50 por cento e não apenas os previstos 37 por cento do QREN vão para a "qualificação dos portugueses". Mas concorde-se ou discorde-se do conteúdo, a atitude de M.M.C. foi uma lufada de ar fresco na política portuguesa e mostra que ainda há quem pense e tenha pensamento autónomo no PS. *Jornalista*